

Igualdade de gênero e espaço: um olhar para as condições das mulheres do estado do Rio Grande do Sul com o uso de um Índice das Condições de Gênero – Feminino (ICG-F)

Maurício Polidoro¹
Daniel Canavese²
Gabriela Pôrto³

¹ Instituto Federal do Rio Grande do Sul/IFRS-Restinga
CEP 91791-508 – Porto Alegre - RS, Brasil
mauricio.polidoro@restinga.ifrs.edu.br

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva
CEP 90620-110 – Porto Alegre - RS, Brasil
daniel.canavese@ufrgs.br

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural
CEP 90040-000 – Porto Alegre - RS, Brasil
gabe.porto.m@gmail.com

Abstract. The debate on gender issues is not new in academic environment. Social activism, however, has taken new proportions driven by social movements and internet. The protest against the patriarchal hegemony, supported by statistics that place women at lower economic and social conditions heats up the debate. In this perspective, the paper proposes to make a quantitative analysis of the female condition. Therefore, using IBGE Census data, we propose a Gender Conditions Index of Women (ICG-F) using household responsibility variables, income and literacy. To the fore, it also put the indicators relating to violence against women, available by the Secretary of Public Security, in analysis applied to the Rio Grande do Sul state and the metropolitan region of Porto Alegre (RMPOA). Research shows intra-regional discrepancies (from the size of the municipalities), and intra-urban (more peripheral neighborhoods have the worst indicators). It concludes that the debate for more targeted public policies should take a careful look spatial conditions, particularly in relation to access to infrastructure and public services, essential for the emancipation of women and reducing socio-economic disparities.

Palavras-chave: indicador, região metropolitana de Porto Alegre, mulheres, gênero.

1. Introdução

A discussão sobre a igualdade de gênero é polissêmica e complexa, considerando que são diferentes aspectos na sociedade que possibilitam condições mais favoráveis entre homens e mulheres. Sobretudo, em um país onde o patriarcado e a inequidade permeiam todas as classes sociais, é indispensável a continuidade do debate para a mudança desse panorama.

As estimativas mais recentes sobre o crescimento demográfico (IBGE, 2016) indicam que a população de mulheres atinge 50,6% e, no Rio Grande do Sul, o percentual atinge 50,4%. Em 2030, estima-se que as gaúchas tornem-se majoritários 51,10% do total dos habitantes do estado, concentradas principalmente na faixa etária dos 20 aos 49 anos, ou seja, em idade economicamente ativa. Este panorama tende a modificar o quadro atual do Rio Grande do Sul onde as mulheres com mais de 60 anos representam 6% do total da população enquanto os homens somam 7%. Este cenário, todavia, encontra suas especificidades locais como em Porto Alegre onde no total a população idosa, 62% são mulheres e apenas 38% são homens (OBSERVAPOA, 2015).

Ainda que o número de idosas tendem a aumentar na média estadual, proporcionalmente ao quadro demográfico forjado, o mundo do trabalho não absorve, proporcionalmente e equitativamente, as mulheres. Segundo o IBGE, em análise sobre a população com 50 anos e mais ocupada na região metropolitana de Porto Alegre, 41% eram mulheres enquanto 59% eram constituída de homens (IBGE, 2008). Agrava-se, nesta discrepância, o fato que as mulheres em idade avançada, como coloca Salgado (2002), são vítimas de uma sociedade gerofóbica e sexista, onde se perpetua o descrédito da mulher idosa, como nas representações da mulher velha nas histórias clássicas como bruxas, feias e malvadas (SALGADO, 2002).

A violência é outro fator constituinte de significativa parcela das mulheres brasileiras. A definição do conceito, todavia, não é um consenso pois, para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1996), trata-se de um tema complexo devido as diferentes formas de aceitação dos comportamentos, que se diferencia de acordo com as acepções culturais locais. A OMS (1996, p. 4) toma como definição a violência como o uso intencional da força física ou de poder, através de ameaças e práticas contra si mesmo, outra pessoa, um grupo ou comunidade, que resulta ou tem uma alta probabilidade em resultar em injúria, morte, danos psicológicos, mal desenvolvimento ou privação. Para Fleury-Teixeira & Meneghel (2015) o fato de uma organização de saúde conceituar a violência, indica a sua compreensão como um problema relacionado à saúde e, dessa forma, que merece essencial atenção devido as suas relações com os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais-ambientais. As autoras, entretanto, criticam a sintética proposta da OMS, salientando a importância de contemplar, na compreensão ampliada de saúde (e da violência), as complexas e desiguais relações de trabalho, a violência simbólica e psicológica (amparadas em Marx, Bordieu e Habermas)

Nesta perspectiva, é imperativo investigar como se traça os processos de desigualdade de gênero relacionado às mulheres no território, no intuito de identificar possíveis relações com a situação apontada e as configurações espaciais. Assim, este ensaio se propõe a construir um índice – o Índice de Condições de Gênero – Feminino (ICG-F) – utilizando variáveis disponíveis pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta forma, as restrições de informações numa escala espaço-temporal compatível são desafios para a proposição de um instrumento mais robusto e pluritemático. Foram selecionadas as variáveis relacionadas a responsabilidade pelo domicílio, renda e alfabetização.

Busca-se responder as seguintes perguntas: como se manifesta a desigualdade de gênero no espaço e quais seriam as configurações dessa desigualdade no espaço.

2. Metodologia

A pesquisa articulou dados secundários disponíveis em bases de acesso aberto e que permitiam aproximações entre espaço e questões de gênero.

A composição do Indicador das Condições de Gênero – Feminino (ICG-F) teve como base as variáveis disponibilizadas pelo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1. Descrição das variáveis utilizadas no indicador.

ARQUIVO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL
RESPONSÁVEL01	V017 até V052	Pessoas responsáveis pelo domicílio com 25 anos até 60 anos de idade
PESSOA02	V087 até V162	Mulheres alfabetizadas de

		todas as idades
RESPONSAVEL_RENDA	V115 até V117	Pessoas responsáveis moradoras dos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal a partir de 3 salários mínimos

Organização: Autores. Fonte: IBGE (2010)

Após a coleta das informações, foram calculados os percentuais relativos as variáveis apresentadas no quadro 1 e aplicou-se, posteriormente, a mesma fórmula utilizada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na geração do indicador. A equação utilizada foi:

Índice de Força da Mulher = Valor Observado – Melhor Valor / Pior Valor – Melhor Valor

Os resultados finais foram atingidos com a aplicação do cálculo da média ponderada onde o rendimento teve peso 3, a alfabetização peso 2 e a responsabilidade pelo domicílio peso 1. O ICG-F foi classificado em cinco categorias, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1. Valores de corte e classificação do ICG-F

Valores	Classificação
0 a 0,441	Péssimo
0,442 a 0,499	Ruim
0,500 a 0,580	Regular
0,581 a 0,750	Bom
0,751 a 1	Ótimo

Organização: Autores (2016)

Outro indicador com referência a violência contra a mulher e a condição de saúde foi tabulado a partir de dados de notificação identificados pela vigilância epidemiológica da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (CEVS/SES/RS). No módulo *Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências* os parâmetros de coleta foram: *município de residência e tipo de violência* para o ano de 2015. As variáveis que compõe tal indicador são: *lesão autoprovocada, violência física, violência psicológica e moral, violência de tortura, violência sexual, tráfico de seres humanos, violência financeira e econômico, violência de negligência e abandono, violência do trabalho infantil e violência de intervenção legal*. Uma vez que a mulher, ao notificar o caso da violência, pode, ao mesmo tempo, enquadrar-se em mais de uma das variáveis mencionadas, optou-se por escolher a *frequência* no mapeamento da informação.

Após a coleta e tratamento dessas informações, os dados tabulares foram manipulados no ArcGIS 10 com uso da licença disponibilizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A representação cartográfica adotou uma variação gradual de cores do cinza (pior condição) ao preto (melhor condição) com escalas visualizadas no canto inferior de cada mapa.

3. Área de Estudo

proposição de políticas públicas relacionadas ao gênero, considerando as especificidades locais.

4. Resultados e Discussão

A espacialização do ICG-F (figura 2) permitiu identificar três classes de valores, a saber: péssimo, ruim e regular. A distribuição majoritária ocorreu nas duas primeiras, revelando uma precária situação das condições do gênero feminino no estado gaúcho.

Nota-se que 80,6% dos municípios gaúchos encontraram-se na categoria considerada “péssima”. Além disso municípios com população abaixo dos 15 mil habitantes tendem a concentrar-se nesse estrato, indicando espaços onde as mulheres usufruem das piores oportunidades para renda e educação. Ainda na escala estadual, baixíssimos valores (entre 0,202 a 0,368) localizam-se nas periferias das áreas urbanas de pequenos e médios municípios como Cruz Alta, Santa Rosa, Santa Maria, Espumoso, Panambi, Erechim, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul e outros. Tal panorama indica que as margens das áreas urbanas concentram as mulheres em situações mais vulneráveis com condições restritas de acesso à educação e, conseqüentemente, reduz as chances de incremento da renda domiciliar.

A categoria considerada “regular” fez os seguintes municípios: Porto Alegre (0,580), Ivoti (0,523), Capão da Canoa (0,512), Gramado (0,509), Selbach (0,505), Cidreira (0,502), Santa Maria (0,501), Lajeado (0,501) e Xangri-lá (0,500).

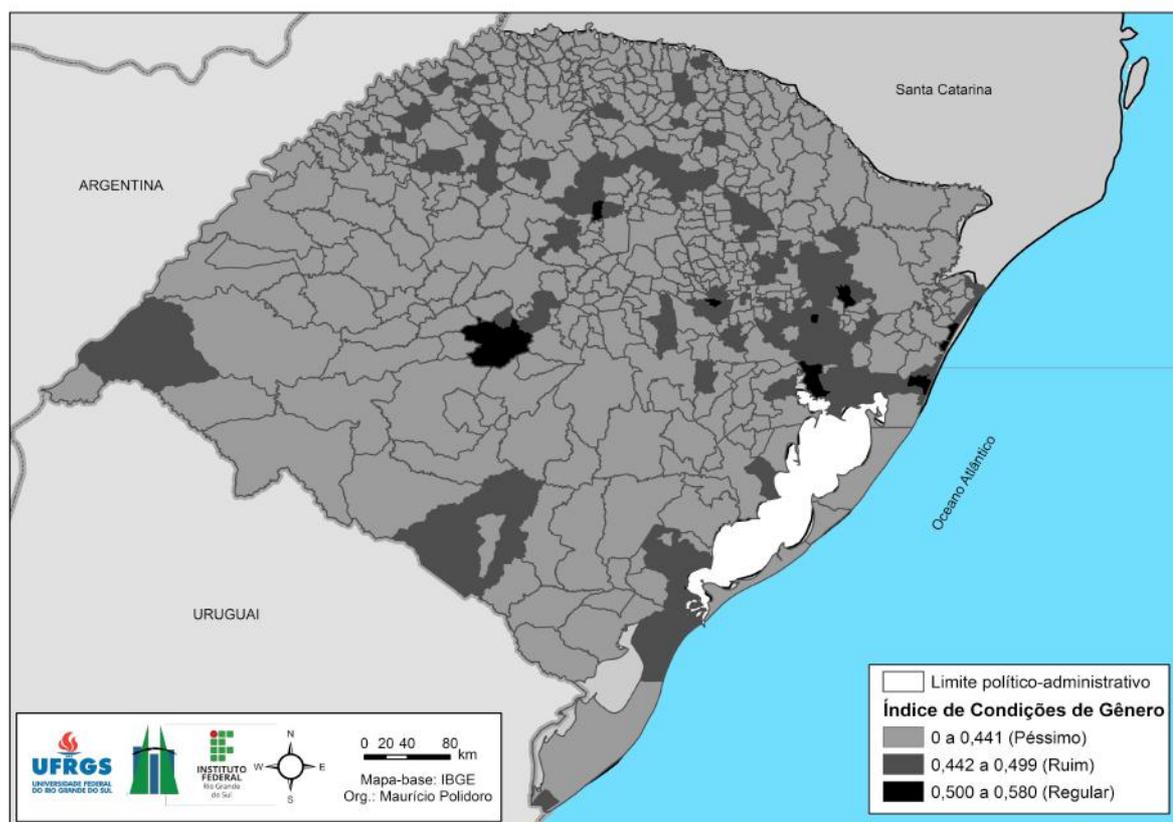


Figura 2 - Índice das Condições de Gênero - Feminino (ICG-F) no RS, 2010
Fonte: Autores (2016) a partir de IBGE (2010)

Na escala municipal de Porto Alegre, em uma análise a partir dos bairros, um *gap* é identificado no ICG-F (figura 3). Os valores mais altos concentram-se em bairros da capital gaúcha, em especial na área central/zona leste, a saber: Mont’Serrat (0,801), Moinhos de

Vento (0,784), Três Figueiras (0,777) e Higienópolis (0,752). Na mesma capital, os piores valores localizam-se nas Ilhas (Arquipélago com 0,365) e no extremo sul, no bairro Restinga (0,433). Nesse sentido, o padrão centro-periferia identificado no estado faz também parte da perspectiva na escala municipal.

Ainda que a violência contra a mulher, enquanto processo social, tenha múltiplas causas e fatores relacionados, no exercício de articular o ICG-F com a frequência de registros de casos de violação contra as mulheres, encontrou-se o padrão ilustrado na figura 4 para a região metropolitana.

Ao considerar a taxa média na RMPOA de 64 registros a cada 100 mil habitantes, localizam-se mais abaixo desse corte (menos que 10 registros a cada 100 mil habitantes) municípios pequenos e mais distantes da capital como Nova Santa Rita (2,60), Taquara (2,73), São Jerônimo (4,50). No outro extremo, está Sapiranga (298,57), Gravataí (209,11), Montenegro (184,02), Sapucaia do Sul (179,22) e Canoas (160,00). Todos estes municípios com os piores valores de violência contra a mulher estão acima da média do ICG-F, indicando uma possível relação de ambos indicadores.

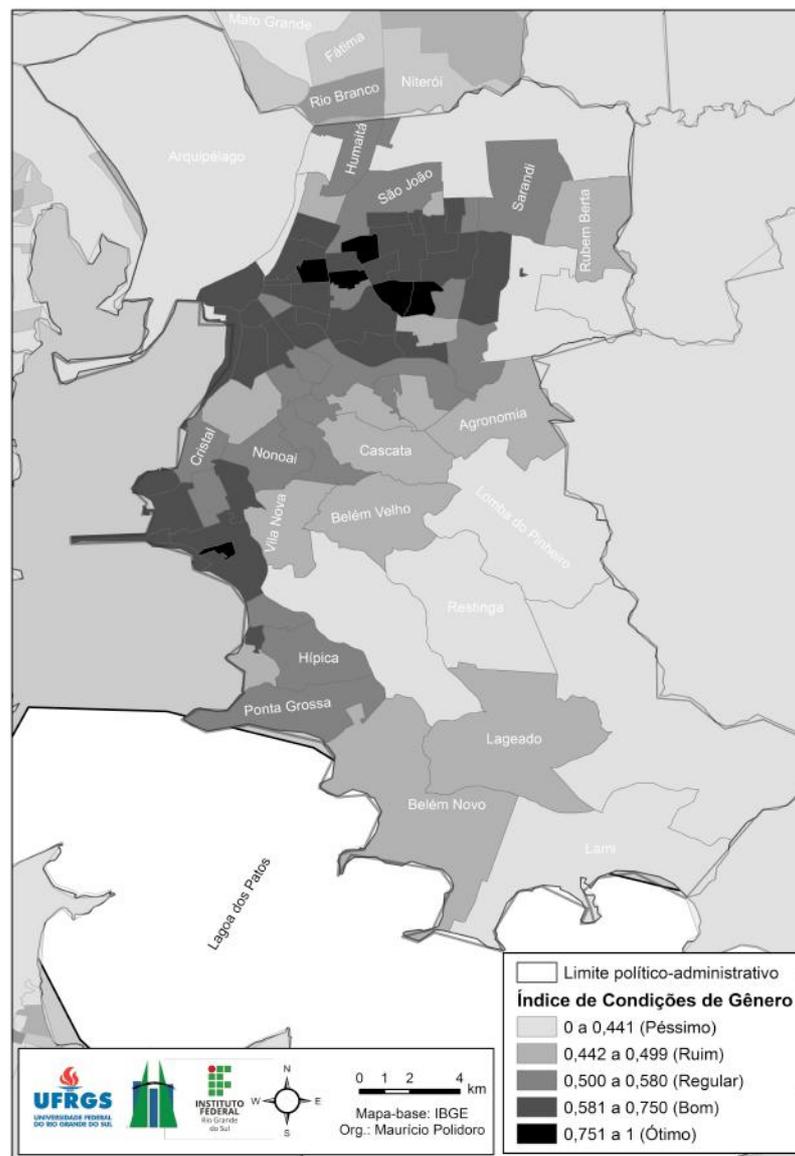


Figura 3 - Índice das Condições de Gênero - Feminino (ICG-F) em Porto Alegre, 2010
Fonte: Autores (2016) a partir de IBGE (2010)

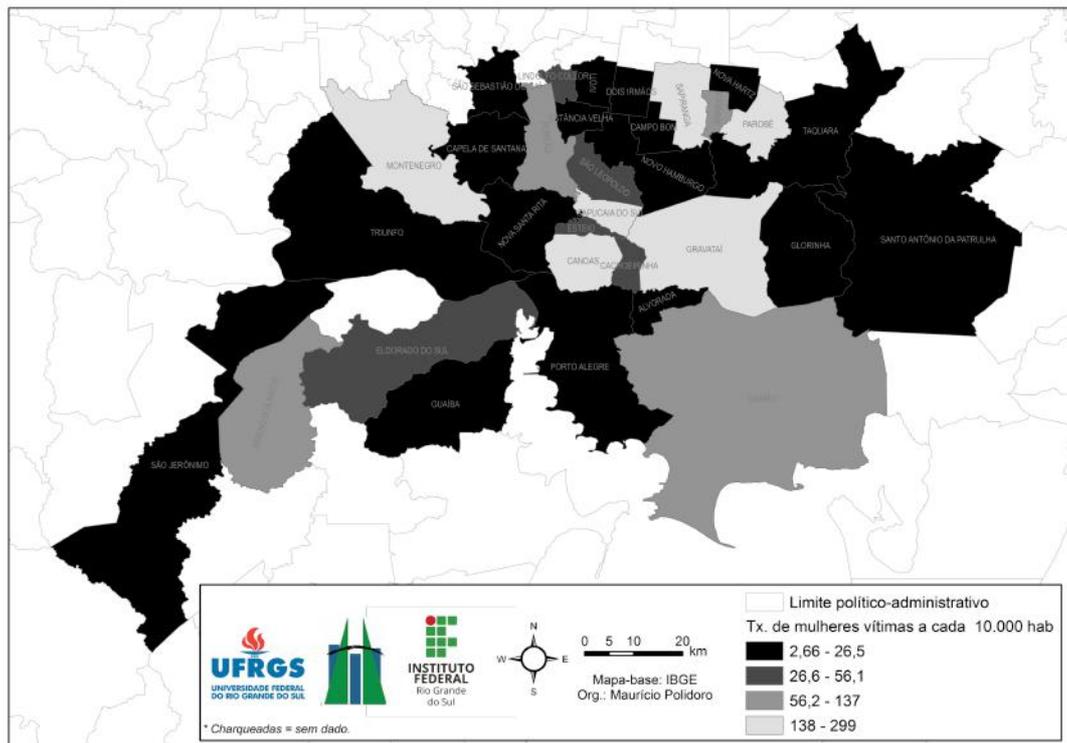


Figura 4 - Taxa de mulheres vítimas de violência a cada 10.000 hab. na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS, 2015

Fonte: Autores (2016) a partir da Secretaria de Segurança Pública do RS (SSP/RS)

5. Considerações finais

Preliminarmente foi possível verificar uma configuração do padrão centro-periferia no tocante a desigualdade de gênero no estado do Rio Grande do Sul e que parece se repetir de modo intramunicipal, a exemplo do identificado em Porto Alegre e na região metropolitana. O uso ICG-F demonstrou ser uma ferramenta útil, aliada a sua espacialização, em especial para o desvelar de um panorama em um espaço-tempo específico, ressaltando as características e situações de (des)igualdade que constituem importante arsenal para o planejamento de políticas públicas nas escalas intraurbanas, metropolitana, regional e estadual.

Devem ser salientadas as limitações existentes com relação a disponibilidade das informações e também na interpretação de um fenômeno complexo como a questão envolvendo gênero e violência, com os dados aqui selecionados.

No caso da violência contra a mulher, a escala de disponibilidade das informações no nível municipal possibilitou ratificar o fato que as mulheres residentes das periferias estão mais suscetíveis a violação dos direitos, numa análise a partir da disponibilidade dos equipamentos e serviços públicos. Tal *gap* manifesta-se em diferentes escalas. Num olhar intraurbano, foi possível identificar que mulheres residentes em áreas mais periféricas – da metrópole ao pequeno município – possuem as piores condições de acesso a escolarização e renda. Como consequência, ser responsável por um domicílio torna-se uma tarefa hercúlea, demandando atenção especial do poder público.

O ICG-F mostrou-se um indicador importante para mensurar, positivamente, onde localizam-se as melhores situações do gênero feminino no estado do Rio Grande do Sul. Com parâmetros relacionados à chefia do domicílio, alfabetização e rendimento foi possível identificar, no nível municipal, as melhores e piores condições das mulheres gaúchas. É essencial, todavia, o olhar atento para as diferentes realidades locais, no intuito de criar uma

agenda de pesquisa que proceda a análises quali-quantitativas que realmente façam frente ao *gap* identificado.

Embora as informações sobre a violência tenham sido interpretadas apenas na região metropolitana de Porto Alegre, cuja capital possui os melhores indicadores (especialmente concentrados) nas condições de gênero, a análise à luz do ICG-F indica que, ainda que a metrópole ofereça uma gama maior de possibilidades de acesso à educação e incremento dos rendimentos, a residência das mulheres afeta diretamente a chance de acesso. Observa-se claramente esta situação em Canoas, município limítrofe a Porto Alegre, concentrador de inúmeras possibilidades de trabalho e educação, bem como de transporte público integrado à metrópole, mas que sofre com as maiores taxas de violência contra as mulheres.

Se as possibilidades de acesso a determinados equipamentos e serviços públicos em aglomerações urbanas e na metrópole podem se constituir como um fator de emancipação feminina, o risco da violência, por outro lado, neutralizam e reduzem essas chances, numa sociedade patriarcal marcada pela inferiorização e objetificação da mulher. O desafio do poder público é proporcionar políticas públicas setorializadas e articuladas, que reduzam as disparidades de gênero, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, cabe ressaltar a versatilidade do indicador, que poderá ser reproduzido para identificar as situações relacionadas ao gênero masculino ou demais variáveis que possam ser acrescidas e calibradas. A busca por relações diretas ou indiretas amparada na espacialização de indicadores inaugura novas agendas de pesquisas quali e quantitativas, além de melhor elucidar as situações de saúde da população.

6. Referências Bibliográficas

FLEURY, E.; MENEGHEL, S. N. (Organizadoras). **Dicionário feminino da Infância**. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. v. 1. 422 p. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2008. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em 29 de outubro de 2016.

OBSERVAPOA – Observatório da Cidade de Porto Alegre. **População Idosa de Porto Alegre Informação Demográfica e Socioeconômica**. Número 1. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, RS. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. World Health Organization. Global consultation on violence and health. **Violence: a public health priority**. Geneva: WHO; 1996.

SALGADO, C. D. S. Mulher idosa: a feminização da velhice. *Estud. interdiscip. envelhec.*, Porto Alegre, v. 4, p. 7-19, 2002.



STEIN, G.; SULZBACH, V. N.; BARTELS, M. **Relatório sobre o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul** — 2001-13. Porto Alegre: FEE, 2015.